



GUILHERME SIRCILI

Atendimento presencial será realizado entre os dias 3 e 7 de agosto

Ribeirão Preto inicia cadastro para Saque Calamidade do FGTS

A Prefeitura de Ribeirão Preto inicia nesta segunda-feira (3) o pré-cadastro de moradores que tiveram imóveis danificados pela tempestade registrada em 24 de julho para solicitar o Saque Calamidade do FGTS. O procedimento poderá ser feito de forma online, pelo Portal da Prefeitura, ou presencialmente, entre os dias 3 e 7 de agosto, em 14 pontos de atendimento espalhados pela cidade. O benefício pode chegar a R\$ 6.220, conforme o saldo disponível na conta do trabalhador. O pré-cadastro serve apenas para identificar os imóveis atingidos e encaminhar as informações à Caixa Econômica Federal, responsável por analisar os pedidos e autorizar a liberação dos recursos. Apenas um morador por residência deve realizar o cadastro. É necessário apresentar documento com foto, comprovante de residência e comprovação dos danos no imóvel.

Redução de 40% no tempo de viagem dos ônibus

Uma intervenção viária no cruzamento da Rua Ângelo Corradini com a Avenida Antônio Frederico Ozanam, na Vila Nambi, reduziu em até 40% o tempo de viagem dos ônibus em Jundiaí. Segundo a Prefeitura, no pico da manhã o percurso ficou 40% mais rápido, enquanto à tarde a redução foi de 36%. Antes das obras, alguns coletivos levavam até nove minutos para percorrer o trecho; agora, o trajeto é feito em cerca de dois minutos. A intervenção reorganizou o trânsito e ampliou a segurança dos pedestres.

DIVULGAÇÃO/PREFEITURA DE JUNDIAÍ



Intervenção garante mais segurança para os pedestres

Marília quer evitar falta de remédios na rede

Um projeto de lei em tramitação na Câmara de Marília propõe credenciar farmácias privadas para fornecer medicamentos da Relação Municipal de Medicamentos (Remune) quando eles estiverem em falta na rede pública. A retirada dependerá de receita médica válida e da confirmação da indisponibilidade no sistema da Prefeitura. Segundo o autor, vereador Delegado Wilson Damasceno (PL), a medida busca evitar a interrupção de tratamentos e reduzir a judicialização da saúde. O projeto deve ser votado na sessão de hoje.

Poliomielite ganha segunda dose de reforço

A partir desta segunda-feira, o Calendário Nacional de Vacinação passa a incluir uma segunda dose de reforço contra a poliomielite para crianças de 4 anos. Em Rio Preto, todas as crianças de 4 anos a 4 anos, 11 meses e 29 dias devem procurar uma unidade de saúde para receber a vacina. A cobertura vacinal no município é de 90,32%, abaixo da meta de 95% estabelecida pelo Ministério da Saúde.

Arena da Fonte

O vereador Alcindo Sabino protocolou requerimento pedindo informações sobre a execução do contrato de concessão do Complexo da Arena Fonte Luminosa, em Araraquara. O parlamentar solicita dados sobre obras, investimentos, fiscalização, arrecadação e a recuperação do Gigantão, além de documentos e cronogramas.

Recanto Fortuna

Os vereadores de Franca votam nesta terça-feira (4) um projeto que altera o zoneamento de um lote no Recanto Fortuna para permitir a instalação de uma vinícola e de uma agroindústria de vinhos. A proposta prevê a mudança para Zona de Uso Misto e exige o cumprimento das medidas ambientais previstas na legislação.

Via Dutra em Taubaté

A Prefeitura de Taubaté e a concessionária da Via Dutra discutiram projetos para ampliar a capacidade da rodovia no trecho urbano. Entre as propostas estão novas vias marginais, adequação de acessos e melhorias em pontos estratégicos da cidade. Os estudos seguem em elaboração e ainda dependem de licenciamento e aprovações.

Abrigo Animal Municipal

A Prefeitura de Atibaia iniciou a construção do novo Abrigo Animal Municipal, no bairro Boa Vista. O espaço terá capacidade para cerca de 120 animais, o dobro da atual, além de canis, gatis e áreas de soltura para cães e cavalos. A previsão é que a estrutura entre em funcionamento até o fim do próximo ano. A obra é viabilizada por contrapartida urbanística.

Incêndios em imóveis

O vice-presidente da Câmara de Araraquara, Michel Kary, protocolou requerimento pedindo informações sobre as medidas de prevenção e combate a incêndios em prédios públicos municipais. O parlamentar solicita esclarecimentos sobre o gerenciamento de riscos e destaca a necessidade de proteger servidores, patrimônio e serviços essenciais.

Erosão no Terra Rica

A Prefeitura iniciou intervenções para conter uma erosão no bairro Terra Rica, em Piracicaba, que avança em direção à calçada e preocupa moradores. Nesta etapa, cerca de 600 caminhões de material inerte serão usados para preencher o barranco. Após a contenção, a área poderá receber obras de drenagem e ser transformada em espaço de lazer.



Medida vale para supermercados representados pelo sindicato varejista

TJ libera cobrança de sacolas em supermercados de Marília

Decisão derruba fornecimento gratuito para estabelecimentos do sindicato

Da **Redação**

A cobrança pelas sacolas plásticas voltou a ser autorizada em parte dos supermercados de Marília após decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). O julgamento atendeu ao Sindicato do Comércio Varejista e afastou a obrigatoriedade de distribuição gratuita das embalagens para os estabelecimentos representados pela entidade.

A decisão é mais um capítulo de uma discussão iniciada em 2011 sobre o uso de sacolas plásticas na cidade. Em julho de 2025, uma lei municipal proibiu a entrega gratuita das embalagens convencionais, levando os supermercados a cobrarem R\$ 0,13 por unidade.

Um mês depois, a legislação passou a exigir a distribuição gratuita de sacolas ecologicamente adequadas, como o modelo PAD 2. A mudança buscou incentivar a substituição das embalagens descartáveis e reduzir os impactos ambientais. No entanto, comerciantes argumentaram que a medida criou um custo adicional sem previsão de compensação financeira.

O sindicato recorreu à Justiça, alegando que a medida violava a livre iniciativa e transferia ao comércio os cus-

tos da política ambiental.

Por maioria de votos, a 12ª Câmara de Direito Público do TJ-SP acolheu o pedido da entidade e autorizou os supermercados representados pelo sindicato a voltarem a cobrar pelas sacolas.

A decisão não vale para todos os estabelecimentos da cidade, mas apenas para aqueles vinculados ao sindicato autor da ação.

Além do impacto para consumidores e comerciantes, o julgamento reforça um debate que vem sendo travado em diversas cidades brasileiras: quem deve arcar com os custos das políticas voltadas à redução do uso de plásticos descartáveis.

Enquanto defensores das medidas ambientais sustentam que restringir a distribuição gratuita ajuda a reduzir o consumo de embalagens, representantes do setor varejista afirmam que esse custo não pode ser imposto exclusivamente aos comerciantes.

Embora a decisão tenha efeito apenas para os estabelecimentos representados pelo sindicato, ela pode influenciar futuras discussões sobre a legislação municipal e servir de referência para casos semelhantes em outras cidades que adotaram regras para o fornecimento do item.